

CURSO

PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO COM ÊNFASE EM DIREITO ADMINISTRATIVO PARA SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

A qualificação do servidor leva à maior eficiência no serviço público. Aprenda a aplicar as normas jurídicas a partir de um novo olhar do Direito. Saiba as principais alterações legislativas que serão aplicáveis na sua atuação profissional.

O que eu vou aprender aqui

- Regime Jurídico Administrativo. Princípios da Administração Pública;
- Estrutura da Administração;
- Bens Públicos e regime dos precatórios;
- Servidores Públicos. Regime Disciplinar da Lei 8112/90. Lei de improbidade Administrativa. Regime de Previdência dos Servidores;
- Direito Constitucional;
- Direito Processual Civil;
- Direito Processual Penal.
- Direito Internacional;
- Direito Ambiental.

O curso

Este curso destina-se a capacitar o servidor público federal, especialmente no servidor público federal estatutário, munindo-o de conhecimento jurídico para a boa e qualificada prestação do serviço público.

Além disso, o curso contará com módulos que capacitarão o servidor, de forma a capacitá-lo para compreender os seus direitos funcionais, de forma ampla, abrangendo os direitos estatutários, bem como os direitos previdenciários. Ademais, o servidor será capaz de compreender e delimitar os seus deveres, de forma a não incidir em conduta antiética ou até

mesmo em falta funcional, evitando-se a abertura do processo administrativo disciplinar, de um processo de improbidade ou, até mesmo, criminal.

O Direito Público abrange diversas áreas, como Direito Constitucional e o Direito Administrativo. Há carência de servidores que compreendem as complexidades das relações entre o Estado e os cidadãos. A especialização prepara os servidores para atender a essa demanda, tornando-os mais capacitados para o desempenho da função pública.

O Direito Público regula as relações que afetam diretamente a sociedade, como serviços públicos, direitos fundamentais e a administração pública. Especializar-se nessa área permite que os profissionais contribuam para a melhoria da gestão pública e a promoção do bem coletivo.

A especialização fornece uma atualização constante sobre as legislações e práticas administrativas, essencial para uma atuação eficaz em um ambiente jurídico em constante mudança.

Os cursos de especialização oferecem a oportunidade de interagir com colegas e professores da área, facilitando a construção de uma rede de contatos que pode ser benéfica para o desenvolvimento profissional.

Em resumo, a especialização em Direito Público, com ênfase em Direito Administrativo, é uma escolha estratégica para aqueles que buscam uma atuação sólida e impactante no setor público, contribuindo para a eficiência e a ética na administração pública.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO. PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1.1 Codificação e fontes do direito administrativo

1.2 Sistemas administrativos: sistema inglês e sistema francês. Sistema administrativo brasileiro

1.3 Princípios constitucionais da Administração

1.4 Princípios legais da Administração

2. ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO.

2.1 Organização da administração

2.2 Entidades em espécie

2.3 Consórcios públicos

2.4 Órgãos públicos

3. BENS PÚBLICOS E REGIME DOS PRECATÓRIOS

3.1 Conceito e classificações

3.2 Características e principais espécies de bens públicos

3.3 Regime dos precatórios

3.4 Alienação dos bens públicos sob a ótica da Nova lei de Licitações

4. SERVIDORES PÚBLICOS. REGIME DISCIPLINAR DA LEI 8112/90. LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

4.1 Estatuto do servidor público Federal (Lei 8112/90)- direitos e vantagens

4.2 Estatuto do servidor público federal (Lei 8112/90)- deveres e responsabilidades

4.3 Estatuto do servidor público federal (Lei 8112/90)- Regime Disciplinar

4.4 Lei de Improbidade administrativa

4.5 Regime Previdenciário do Servidor Público Federal (RPPS)

5. DIREITO CONSTITUCIONAL

5.1 Poder Constituinte

5.2 Direitos Fundamentais

5.3 Remédios Constitucionais

5.4 Organização dos Poderes I

5.5 Organização dos Poderes II

5.6 Federação

5.7 Controle de Constitucionalidade

6. DIREITO PROCESSUAL CIVIL

6.1 Processo Civil Constitucional; Princípios constitucionais

6.2 Noções gerais: Jurisdição, Ação e competência

6.3 Sujeitos principais do processo; Terceiros;

6.4 Sentença e coisa julgada

6.5 Teoria geral dos recursos

6.6 Recursos em espécie I

6.7 Recursos em espécie II

7. DIREITO PROCESSUAL PENAL

7.1 Constitucionalização do processo penal

7.2 Noções de Inquérito Policial

7.3 Noções de Ação penal

7.4 Teoria geral da prova penal

7.5 Teoria geral da prisão

7.6 Sentença, coisa julgada e recursos

8. DIREITO INTERNACIONAL E DIREITO AMBIENTAL

8.1 Fundamentos do Direito Internacional

8.2 Fontes Convencionais do Direito Internacional – Tratados e Atos Unilaterais

8.3 Direito Internacional e Direito Interno

8.4 Fontes não Convencionais do Direito Internacional

8.5 Responsabilidade Internacional

8.6 Arbitragem Internacional

8.7 Direito Constitucional Internacional

8.8 Direito Constitucional Ambiental

8.9 Teoria do Risco Integral e a Imprescritibilidade

8.10 Responsabilidade Administrativa Ambiental

8.11 Responsabilidade Reparatória

8.12 Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, Plano Diretor e Estatuto da Cidade

8.13 Gestão estratégica de Stakeholders

8.14 Compliance ambiental

8.15 Mudanças Climáticas, Mercado e Créditos de Carbono

8.16 Lei da Ação Civil Pública

COORDENAÇÃO

- César Augusto Artusi Babler

Coordenador da Pós-graduação em Direito Público. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCAMP). Advogado Especialista em Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário e Direito Previdenciário. Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo (Unisal). Aprovado e Classificado no 4º Concurso de Provas e Títulos para Outorga de Delegações de Notas e de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo. Professor de Direito Administrativo, Direito Constitucional e Direito Previdenciário para concursos públicos e professor de Direito Administrativo e Constitucional para Exame da OAB e Carreiras Jurídicas.